

ANALOGIA E EMPIRISMO NA FILOSOFIA MORAL DE HUME

Renato de Medeiros Jota*

RESUMO:

Sabemos que os princípios de associação estabelecidos na filosofia de Hume constituem o principal fundamento de sua epistemologia. Não obstante poderíamos dizer que no pensamento humeano os processos de associação fazem parte de um claro princípio analógico do pensamento, que nos faz inferir a partir de casos particulares tendermos a universalizá-los para todos aqueles que ainda não observarmos. Parece a primeira vista que esta afirmação carece de alguma fundamentação já que Hume em nenhum momento de seu pensamento utiliza explicitamente o termo “analogia” como a concebe, por exemplo, Kant na *Crítica da Razão Pura*, como um claro princípio de associação. Todavia os três processos de associação, a saber, semelhança, contigüidade e causalidade, parecem ser mais bem explicadas tendo como fundamento a analogia ou probabilidade do que qualquer outro processo. Partindo deste princípio, o artigo tem como meta principal investigar em que medida a analogia mostra-se importante para os processos de associação estabelecidos no pensamento e qual o papel do pensamento analógico na teoria do conhecimento de Hume.

Palavras - chave: Epistemologia, Associação, Analógico.

1 INTRODUÇÃO

Encontramos na filosofia de Hume uma crítica contundente a toda a tradição filosófica que postula haver no pensamento algo que ligue as idéias em nossa mente que são costumeiramente associamos em nosso cotidiano. Muito desta tendência dá-se pelo hábito residente em nossa consciência, que busca observar nos eventos um claro processo de sucessão e semelhança que nos faz a partir de um caso particular o estender para todos os casos que ainda não foram observados. Este processo, segundo o filósofo Escocês, dá-se justamente pelos princípios associativos residentes em nossa mente, a saber, semelhança, contigüidade e causa e efeito.

Entretanto a pesar de formarmos a maioria de nossas inferências tendo como lastro

* Doutorando e pesquisador em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientado pelo Professor Doutor Juan Adolfo Bonaccini. Com pesquisa nas áreas de Epistemologia, Metafísica, Ética e Política. Natal, RN, Brasil. E-mail: rdemedeirosjota1@gmail.com.

esta tendência de associação, constatamos não haver nada que a valide logicamente em nosso pensamento quanto menos externamente nos fenômenos. Isso se dá através de uma transição costumeira entre os objetos em nossa mente, grande parte delas estabelecida através destes princípios que nos leva a repeti-las no pensamento. Todavia como a maioria das associações que fazemos entre os objetos quer sejam eles mentais ou fenomênicos, geralmente tem como base um fundo analógico em nossa mente. Pois temos a propensão de conjugar casos particulares para todos aqueles casos que venham a se assemelharem com este no futuro. Ora isto é claramente um processo dito analógico, probabilístico ou indutivo residente na mente, de fundo particularmente psicológico, que opera na maioria de nossas associações. Partindo desta constatação pode-se dizer que a teoria do conhecimento de Hume deriva de um princípio analógico com o objetivo prático de identificar nas associações causais, a inexistência de conexões necessárias?

Parece que fazer esta afirmativa sobre a filosofia de Hume soa temerário, todavia se pensarmos que existe um mínimo que seja de analogia em seu pensamento, não é impossível de afirmar que ele tenha utilizado, em seus pensamentos, de analogia para tecer sua investigação sobre os princípios associativos. Ora o próprio princípio de associação remete claramente para o uso da analogia que parte de associações que sejam semelhantes para projetá-las para casos que possuam as mesmas características e qualidades, mas que se diferem quanto o seu conteúdo experimental. Um bom exemplo disso é a demonstração que Hume nos dá sobre os “Ovos assemelharem-se entre si como nenhum outro objeto, e ninguém, no entanto, com base nessa aparente similaridade, espera encontrar em todos eles o mesmo gosto e sabor” (HUME, 2004, p. 66). De fato constatamos no pensamento de Hume algo que lembre a analogia, mas essa constatação mostra-se suficiente para postularmos sua existência no pensamento humeano? Podemos, não obstante, declarar que parece difícil que o filósofo Escocês não o tenha usado, nem que seja o minimamente possível de analogia para estabelecer alguns dos seus pressupostos fundamentais em sua ciência do homem, buscando com isso, provar que a ligação existente nos princípios associativos sendo inexistentes e impraticáveis quanto a sua constatação, tanto a nível mental como fenomênico. Deste modo procederemos a uma minuciosa investigação, tendo como principal fonte a suas duas obras “As Investigações sobre o entendimento humano e Os diálogos sobre a Religião Natural” que contém o resumo de toda a sua teoria epistemológica e critica a moral e a Religião.

2 OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA A FORMAÇÃO ANALÓGICA NO

PENSAMENTO DE HUME

O pensamento de Hume é fundamentado, basicamente, no princípio de associação entre idéias⁹⁹. Estes princípios são divididos em três, a saber, associação, contigüidade no tempo e espaço e causalidade. Por estas relações entendemos que a maioria de nossas inferências¹⁰⁰ delas é derivada transitando tanto em nossa consciência como em nossos conhecimentos perceptuais. Estas afirmativas constituem parte importante do pensamento de Hume no que se refere à formação da ciência da natureza humana. Destarte, o autor escocês objetiva dá a sua filosofia os estatutos fundamentais parecidos com os que encontramos na filosofia natural, buscando através deste raciocínio, um princípio que seja capaz de explicar como fazemos conexões necessárias entre nossas idéias. Conclui-se, portanto, através desta investigação que somos impossibilitados de identificar tanto no plano objetivo como no plano subjetivo uma conexão que ligue as idéias assim como os fenômenos que sejam capazes de associá-los em nosso pensamento. Isto levará o autor escocês a utilizar, semelhante à filosofia natural, de princípios puramente experimentais, para fazer o que ele chamou de “geografia mental” para procurar entender o porquê de fazermos estas conexões na mente. Ou seja, a pretensão de Hume é estabelecer um mapeamento dos mecanismos constitutivos de nossa consciência responsáveis pelos princípios associativos transmitidos por nossa percepção¹⁰¹.

Dito isto podemos passar a afirmar que Hume empreenderá uma crítica a toda investigação que vise a postular uma ligação necessária, fundamentada na relação entre sujeito e objeto, estabelecidos nos processos de associação. Ora sabemos que Hume observa que a maioria de nossas inferências parte de uma relação de semelhança entre objetos associados que apesar de serem parecidos, não obstante diferenciam-se em seu princípio. Um

⁹⁹ Angela M. Coventry observa que “Por causa dessas três relações, a mente passa, naturalmente, de uma idéia para outra. Entretanto, o unificador Princípio da Associação não deveria ser considerado como uma “conexão inseparável” entre as idéias, mas sim como uma “força gentil” conectando nossas idéias (CONVENTRY, 2009, p. 67).

¹⁰⁰ João Paulo Monteiro tem uma posição bastante interessante sobre as inferências no pensamento de Hume segundo ele: “A experiência de conjunções constantes é incapaz de ajudar a razão a mostrar “a conexão de um objecto com outro”, portanto a inferência da causa para o efeito é determinada “por certos princípios que associam entre si as idéias dos objetos e as unem na imaginação” e “depende unicamente da união das idéias” (MONTEIRO, 2003, p. 21)

¹⁰¹ Neste sentido é bastante interessante a opinião de A.J. Ayer sobre nossas impressões e sua relação com nossa mente e nossos órgãos perceptuais, pois segundo o seu argumento “(...) Consiste antes em que, se as impressões devem ser consideradas como primitivas na ordem do conhecimento, não lhes pode ser conferida uma dependência inicial seja da mente, seja do corpo. Nesse estágio, nem as mentes nem os corpos entram no cenário (AYER, 2003, p. 57).

exemplo disso é o princípio de causa e efeito¹⁰². Ora o próprio Hume constata que todo princípio que deriva da relação causal estabelece-se em um pressuposto básico, a saber, que nada garante que dá causa se seguirá o efeito. Pois esta ligação se mostra ilusória porque não se constata na mente este “termo médio” que conecta os objetos garantindo com isso que determinado evento A venha a se seguir de efeito B. O estatuto desta afirmativa esta pautada na tendência que temos de encontrar em nossa mente princípios associativos, principalmente aqueles de origem causal. Ora observando o movimento de uma bola de bilhar seguir-se do movimento de uma segunda bola de bilhar o que podemos concluir é apenas o movimento em si, não havendo nada externamente como internamente que venha a favorecer o estabelecimento de um pressuposto sobre a necessidade¹⁰³ de um processo conectivo entre uma bola e a outra. Muitos destes processos parecem serem pautados em uma tendência habitual de nossa índole, sem haver nada que venha a fundamentar o seu estabelecimento.

Além disso, o critério de contigüidade espaço - temporal parece mostrar maiores dificuldade quando se refere à tendência psicológica de estabelecer conexões necessárias nesta propensão da mente de fazer ligações entre uma idéia e outra. Ora é sabido que a distância e o tempo¹⁰⁴ influencia bastante nossas inferências psicológicas, principalmente quanto a objetos que estão em tempos e espaços tão distantes e diferentes de nossas percepções. Ora uma foto de um amigo que se encontra a quilômetros de distância e que não vejo há anos (espacial e temporalmente), pode representá-lo e me remeter a uma idéia vaga deste amigo, entretanto ela não será tão forte e vívida quanto a aquela impressão que tenho quando ele esta na minha presença. O que ocorre é o aumento ou diminuição dos graus de vivacidade em que estão estabelecidas as minhas idéias, em relação a minhas impressões.

¹⁰² Observando-se que a pretensão de Hume é fundamentar uma ciência do homem, para isso é possível que passe a fazer uso da inferência causal, Monteiro em outra obra sua tem como meta discutir “o que chamamos inferência científica, discutindo quais são, na ciência, os fundamentos da evidência das proposições; o mais central projeto de Hume seria a constituição de uma “Lógica da ciência”. Se a teoria humeana da causalidade fosse essa “Lógica”, certamente seríamos quase forçados a aceitar a interpretação observacionista de Hume” (MONTEIRO, 2009, p. 26).

¹⁰³ Observamos um pensamento semelhante elaborado por Maria Magdalena quando diz que “Para Hume, a idéia de necessidade é mais do que uma mera suposição voluntária ou uma apreensão perceptiva. Esta idéia se assenta nas próprias circunstâncias do ambiente experimental, isto é, na intervenção do costume e do hábito presentes em nossas inferências, descartando assim a hipótese da existência de uma necessidade associada a uma realidade determinada e determinável nos eventos da natureza, independente daquelas inferências já citadas” (MENDONÇA, 2003, p. 136).

¹⁰⁴ Neste sentido devemos observar que um dos principais fatores pelas quais nossas analogias ou probabilidades demonstram sua fraqueza está vinculado ao caráter de assimetria em que se encontram os eventos espaço temporalmente determinados pela relação causal. Observamos que Túlio Aguiar pensa que “Em Hume, pelo menos sob a interpretação padrão, é a ordem temporal que responde pela assimetria da relação causal; a causa precede o efeito, mas não vice-versa. Assim, C1 pode ser fatorado em duas componentes, a saber, R, que pode receber uma formulação lógica perspicua, mais a estipulação de que a ordem temporal constitui a relação causal (a relação de contigüidade é abandonada na *Investigação*)”.

Dito de outro modo, as impressões por ser o que há de mais próximo de meus órgãos perceptuais e, por conseguinte de estarem mais frescas em relação a minha memória guardam em sua constituição um maior conteúdo de força e vivacidade. À medida que estamos separados do contato do objeto de nossas impressões nossas idéias perdem força e vivacidade, pois dependem diretamente da memória e da imaginação como referência do objeto ausente. E estas nunca serão tão fortes e vividas como o são as impressões fruto do contato do próprio objeto. Assim, separado espacial e temporalmente de nossas impressões, as idéias então passam a ser responsáveis pelo resgate, através da memória, da lembrança do objeto, fruto de nossas impressões (mesmo que seja mediado pela foto do objeto, fruto de nossas impressões ainda assim elas serão fracas e esmaecidas).

Assim a semelhança que faz parte dos três princípios associativos, igualmente como a contigüidade e a causa e efeito, também padece desta “ilusão” na mente. Todavia ela é assim como a contigüidade no tempo e espaço parte constituinte dos processos causais, pois quando observamos no mundo objetivo como subjetivo, a conjunção constante de objetos pensamos nos processos associativos em conjunto e não meramente separados em nossas inferências cotidianas. Deste modo parece que

quando se constata que efeitos diferentes seguem-se de causas que são aparentemente em tudo semelhantes, todos esses diversos efeitos devem apresentar-se à mente quando se transfere o passado para o futuro, e devem ser levados em conta ao determinarmos a probabilidade do acontecimento (HUME, 2004, p. 93).

Ora isso nos leva a pensar que os princípios associativos de Hume, por dar-se sob um processo de semelhança e por terem seu principio fundamentado na repetição com que estão sujeitos, não nos leva a postular que esta tendência que temos para inferi-la do aparecimento da causa se seguirá seu efeito não tem como base um principio analógico do pensamento? Isto enseja, portanto, a pensar que a maioria da tradição filosófica moderna que postula existir uma conexão necessária nos princípios associativos, de alguma maneira utilizou de analogia para explicar os seus pressupostos básicos sobre os princípios associativos tentando demonstrar, com isso, que um dado particular pode ser universalizado para casos em que ainda não foram observados. Este é basicamente um dos pontos centrais de toda a filosofia moderna, incluindo aquela chamada empírica como a de Hume. Mas podemos dizer, portanto, que Hume se utiliza do pensamento analógico quando analisa os princípios de

associação em sua teoria do conhecimento e a partir desta análise faz sua crítica a tendência ilusória de se pensar existir entre as idéias um claro princípio de conexão necessária?

Parece antes de tudo que a princípio a resposta seria negativa, mas nos parece impossível até inimaginável estabelecer algum discurso que não se use minimamente o processo analógico¹⁰⁵ para estabelecer entre as idéias, inferências tão importantes para a fundamentação da maioria de nossas associações, mesmo que verifiquemos que elas de fato não existem.

3 A FUNDAMENTAÇÃO ANALÓGICA EXPERIMENTAL PARA O PRINCÍPIO DE ASSOCIAÇÃO

Mas como podemos constatar existir no pensamento de Hume um fundamento analógico estabelecido nos seus princípios associativos, sem levar em consideração que Hume não mostra explicitamente este fundamento analógico em seus escritos. Podemos estender esta dúvida para a literatura especializada sobre o autor que silencia quanto à existência de analogia em seu discurso¹⁰⁶. Ora isso não quer dizer que se Hume não menciona explicitamente utilizar de processos analógicos em sua filosofia isso não quer dizer que ele não o utilize quando fundamenta seus princípios associativos para explicar a tendência que temos em fazer conexões entre idéias.

A princípio o que podemos falar em termos do uso de analogia na filosofia humeana é que ele a utiliza indiretamente, como principal ferramenta para a maioria das associações que fazemos em termos de conjunção entre os fenômenos, apesar dele não a explicitar em seu discurso diretamente. Todavia a forma como Hume o faz mostra-se de maneira sutil e discreta evidenciando com isso que a passagem dos princípios associativos acontece de forma

¹⁰⁵ Em sua obra, *Novos Estudos Humeanos*, João Paulo Monteiro defende esta interpretação, mesmo que indiretamente, relativo à existência no pensamento de Hume da utilização de princípios analógicos em sua filosofia. O autor busca mostrar que “Par persistir numa tal interpretação seria preciso mostrar o que mais se pode encontrar na *Investigação*, além de uma analogia entre a formação das crenças causais por transmissão de vivacidade, a partir da causa presente da idéia do efeito, a qual assim se aproxima da vivacidade de uma impressão – conferindo credibilidade à *realidade* de sua iminente manifestação – e aqueles casos em que uma associação é estabelecida de maneira a dar lugar a uma idêntica transmissão” (MONTEIRO, 2003, p. 18).

¹⁰⁶ André Klaudat assim como Monteiro, contrária esta tendência ao silêncio sobre a analogia no pensamento de Hume ele a analogia como uma quarta experiência ou analogia e explica que “A consideração final da quarta experiência ou analogia, que funciona como um substantivo da renegada explicação do funcionamento do costume de aplicar um mesmo nome a objetos semelhantes, reconhece uma capacidade mágica dos seres humanos, inexplicável pelo nosso entendimento” (KLAUDAT, 1997, p. 107).

bastante “sutil” em nosso pensamento não mostrando, com isso, como os processos analógicos acontecem em sua peculiaridade. Em nossos processos mentais quando fazemos nossas inferências sobre os objetos expostos a nossa percepção partimos primeiramente da constância e semelhança com que aparecem na natureza, para depois partirmos a analisá-los em nossos processos reflexivos.

Não obstante existe passagens nas obras de Hume em que ele admite tacitamente utilizar de métodos analógicos nos processos de associação entre os objetos, sejam eles internos ou externos com que se processam na mente¹⁰⁷. A analogia para Hume torna-se um fato indispensável quando processos de sucessão acontecem em relação estreita entre as idéias. Desta maneira observamos que nossas idéias necessariamente são estabelecidas através de inferências que fazemos inconscientemente entre nossas percepções externas e internas. A utilização da analogia para explicar idéias semelhantes mostra-se uma ferramenta bastante comum no processo de relação em que estão inseridas as idéias. A forma como Hume expõe o assunto denota certa preocupação quanto àqueles processos mentais que fazemos por analogias, pois ele mostra que muitas vezes idéias contrárias que parecem semelhantes são universalizadas para casos que ainda não foram observadas. A forma como fazemos isso é através da experiência, só é através dela que conseguimos fazer relações com:

(...) fenômenos que nos mostram pouca analogia com o curso ordinário da natureza, que eles só podem ser conhecidos por meio da experiência, e ninguém imaginaria que a explosão da pólvora ou a atração do magneto pudessem jamais ter sido descobertas por argumentos a priori (HUME, 2004, p. 56).

Entretanto esta constatação serve só de fundamento para o próprio Hume afirmar que a mente possui uma tendência ao uso de critério de semelhança para estabelecer psicologicamente suas inferências, mesmo que não sejamos conscientes de sua utilização nos objetos tanto no plano

¹⁰⁷ Uma destas passagens é bastante elucidativa. Ela situa-se na seção 9 e tem o título “Da razão dos animais” e logo no início Hume postula que “Todos os nossos raciocínios acerca de questões de fato fundam-se numa espécie de analogia que nos leva a esperar de uma causa qualquer os mesmos acontecimentos que observamos resultarem de causas semelhantes. Quando as causas são inteiramente semelhantes, a analogia é perfeita e a inferência que dela se retira é considerada certa e conclusiva” (HUME, 2003, p. 147). Não obstante, mais adiante encontramos posto o problema da assimetria entre os objetos. Porque objetos diferentes que não possuam nada que os sejam comuns tem pouco grau de aproximação, seja ele probabilista ou analógico o que naturalmente enfraquece, bastante, a sua força em nossa mente, o autor Escocês é bastante claro quando diz “Mas, quando os objetos não apresentam uma semelhança tão exata, a analogia é mesmo perfeita e a inferência menos conclusiva, embora ainda preserve alguma força proporcional ao grau de semelhança” (HUME, 2003, p. 147).

psicológico como físico. Geralmente quando o fazemos nossa mente a faz naturalmente sem se preocupar com as conexões que interligam as idéias. Somos, assim, habilitados psicologicamente para achar que tal postulação aconteça suavemente e sem sobressaltos, a mente é condicionada, portanto, a buscar associação mesmo que não haja nenhuma razão na imanência dos objetos que valide logicamente esta propensão. Não obstante para nós isso parece ser uma verdade contingente, que subsiste por si só nos objetos e que por parecer tão natural não carece de maiores investigações.

Entrementes continuamos a fazermos nossas inferências sem levar em consideração que a maioria de nossas associações não é tão normal quanto pensamos ser. Mas como fazemos estas inferências se não temos nada que as valide logicamente? Sabemos apenas que a mente passa de sua causa a seu efeito com naturalidade, mas a conexão que as produz nos é inteiramente desconhecida. Não obstante, o processo como o fazemos no pensamento só pode ser via analogia, pois é ela que subsidia a maioria das nossas inferências associativas. Hume observa isso quando diz que objetos que aparentemente não possuem nenhuma semelhança uns com os outros são conectados em nossa mente apenas pelo habito de vê-los conjugados, o que nos leva a fazer com isso à maioria de nossas inferências sobre os fenômenos que acontecem a priori sem que tenhamos previamente os experimentado. Todavia apesar desta exceção relativa à conexão necessária, a maioria de nossas associações só pode ser feitas por um claro processo de analogia estabelecida de forma experimental entre as associações e isto é tão factual que Hume afirma categoricamente que:

Reconhece-se que a suprema conquista da razão humana é reduzir os princípios produtivos dos fenômenos naturais a uma maior simplicidade, e subordinar os múltiplos efeitos particulares a algumas poucas causas gerais, por meio de raciocínios baseados na analogia, experiência e observação (HUME, 2004, p. 59).

Mas o que Hume quer mostrar é que a analogia só se realiza plenamente quando os objetos encontram-se pautados em uma semelhança simétrica entre eles, à medida que se distanciam neste grau de vivacidade igualmente enfraquece-se sua força e capacidade associativa entre os objetos. Deste modo só podemos comparar o pensamento analógico a probabilidade e a indução, por se pautarem, ambas, no grau de regularidade com que acontecem no pensamento. Os poderes de associação em que está inserido a probabilidade assim como a indução são bastante fortes principalmente quando servem para validar fenômenos que possuem

determinada regularidade e tenham a tendência a se repetirem com frequência. Cria-se com isso a tendência a generalizá-los no pensamento a todos os casos em que ainda não vieram a serem observado. O problema é que quando os fenômenos são dessemelhantes entre si, passam a enfraquecer nossos pensamentos analógicos fazendo com que o grau de comparação se enfraqueça. Assim é como Hume, nos Diálogos Sobre a Religião Natural, constata esta deficiência da analogia e observa que através desta insuficiência em seus graus na semelhança, o conhecimento passa a ser defeituoso e incerto, deste modo concluí-se que:

(...) Porque me parece que, embora em muitas circunstâncias o mundo se assemelhe ao corpo de um animal, a analogia, no entanto, é defeituosa em muitas outras que são da maior importância: nenhuns órgãos dos sentidos; nenhum centro do pensamento ou razão; nenhuma origem exacta do movimento e ação (HUME, 2005, p. 71).

O que Hume constata com isso, em sua crítica a filosofia moderna é que as maiorias de seus pressupostos por serem estabelecidos em terreno tão frágil, como os argumentos analógicos, não se mostram seguros e capazes de nos fazer chegar a um conhecimento verdadeiro do por que fazemos nossas inferências em nosso pensamento. Isto é tão assintomático que se estendeu a Religião tornando-a refém deste uso indiscriminado em seus fundamentos básicos. Não é a toa que Hume através de seu personagem Filon, expressa nos Diálogos Sobre a Religião Natural, o seu ceticismo¹⁰⁸ em relação a podermos conhecer a Deus através da

¹⁰⁸ É Interessante observar a opinião de Plínio Junqueira, quanto ao posicionamento cético de Hume a respeito da semelhança entre os objetos, pois ele diz sobre este assunto que “A semelhança, contudo, possui uma limitação quando é examinada mais de perto. Ela não se aplica as idéias complexas como um todo. Há casos em que temos idéias complexas às quais não corresponde nenhuma impressão complexa. Por exemplo, podemos imaginar a Nova Jerusalém com ruas de ouro e muros de rubi sem jamais ter visto essa cidade. Há casos, por outro lado, em que temos uma impressão complexa sem que a ela corresponda exatamente uma idéia complexa. Tendo visto uma grande cidade como Paris, quem é capaz de se lembrar “de todas as suas ruas e casas em suas proporções reais e exatas”? Assim, a semelhança com as impressões aplica-se a muitas percepções complexas, mas não a todas” (SMITH, 1995, p. 50). Este ponto é bastante discutido na filosofia de Hume, pois pressupõe que a maioria de nossas analogias se dá na relação de semelhança tanto no plano psicológico através de nossas percepções quanto no plano físico com a experiência obtida com os fenômenos. Por que isso se dá através do vislumbre, no plano das idéias complexas, que são retiradas da memória e da imaginação e tendemos a projetá-las no plano da consciência podendo nos fazer imaginar, por exemplo, uma cidade como Nova Jerusalém coberta de ouro e rubi, devido serem uma conjunção por semelhança, de duas idéias de reflexão, que são parecidas enquanto no plano perceptivo e físico posso ter uma impressão complexa de uma cidade como Paris de seus muros e ruelas, e estender esta mesma impressão para tudo aquilo que não vislumbrei da cidade, por exemplo todas as ruelas, bairros, casas que não tive oportunidade de visitar. Neste momento podemos dizer que utilizamos, igualmente da memória e da imaginação, tendo como lastro, um claro processo por analogia, que tem como base a experiência obtida através da relação estreita com os fenômenos. No primeiro caso temos um processo de semelhança estabelecida em um claro processo de idéia de reflexão sem necessariamente constatarmos uma impressão de reflexão, já no segundo caso temos o

analogia com o homem, pois todos os argumentos que temos para subsidiar tal fato esta pautado apenas na forma com que “(...) Conhecemos por experiência os efeitos destes princípios, mas os próprios princípios e a sua maneira de operar são totalmente desconhecidos” (HUME, 2005, p. 78).

4 PROBABILIDADE E ANALOGIA O FUNDAMENTO FILOSÓFICO HUMEANO

Mas então, como podemos afirmar que Hume após criticar o pensamento analógico nos sistemas filosóficos modernos, utiliza-se em sua filosofia de analogia? A resposta é simples porque a probabilidade, assim como a analogia, pode estabelecer um conhecimento aproximativo, mas não verdadeiro. Porque a analogia assim como a probabilidade esta pautada em pressupostos sucessórios e repetitivos que muitas vezes fogem de qualquer tentativa de associação, que possamos fazer sobre o pensamento e os fenômenos viabilizando uma aproximação ou mediação até estes. Porque eles são apenas prováveis e qualquer coisa que extrapole esta assertiva: “(...) Já teremos entrado nos reinos das fadas (...) e *ali* não teremos mais razões para confiar em nossos métodos usuais de argumentação, ou para acreditar que nossas costumeiras analogias e probabilidade preservem alguma autoridade” (HUME, 2004, p. 110). Assim a maioria das inferências que fazemos cotidianamente tem como pressupostos analogia ou probabilidade. Pois segundo Hume o conhecimento só pode ser alcançado analógica ou probabilisticamente e não como algo concreto e acabado estabelecido em fundamentos tão falhos quanto o pensamento ou nos fenômenos que se mostram inconstantes.

De fato, as associações de idéias padecem deste mal, muitas das inferências que derivamos da associação causal são estabelecidas através de processos associativos que conectam em nossa mente a causa ao respectivo efeito. Todavia a mente assim como os fenômenos não nos leva, pela mera razão, a identificar os mecanismos responsáveis por produzir estas conexões em nosso pensamento. A partir disso, podemos estabelecer que a analogia seja responsável assim como a probabilidade, por este processo de sedimentação em nossa consciência, que é causa desta tendência de fazermos conexões nos processos

contrário, ou seja, temos uma impressão de reflexão sem idéia de reflexão, não obstante nos dois casos encontramos ambos estabelecidos em um claro processo de pensamento analógico.

associativos¹⁰⁹. Pode-se dizer, igualmente, que muito desta nossa propensão dá-se, também, pelo costume e hábito de observarmos os objetos sucederem uns aos outros. E que através deles, fazemos nossas inferências e constituímos como fonte de nosso conhecimento. Destas inferências nós formamos a maioria de nossas conclusões acerca de questões de fato. Elas são importantíssimas para formamos a maioria de inferências sobre teoria do conhecimento, filosofia moral assim como Política e teologia. Deste modo a crítica de Hume encontra-se pautada nos critérios encontrados sobre os princípios associativos fundados em bases tão ilusórias quanto à conexão necessária, visando mostrar com isso, os limites em que está inserida nosso conhecimento e quão inexata elas são. Portanto, nossas inferências a partir da analogia ou probabilidade só têm validade quando acompanhadas da experiência que temos através da conjunção constante entre os objetos. Deste fato Hume postula seu ceticismo, através do personagem Filon nos Diálogos sobre a Religião Natural, sobre a impossibilidade de adquirirmos algum conhecimento seguro apriori que não passe, antes, pelo crivo da experiência. Nos Diálogos ele assim diz:

Podeis chamar-me céptico e brincalhão tanto quanto vos agradar, mas, tendo visto, em muitos outros assuntos bastante mais familiares, as imperfeições e até as contradições da razão humana, nunca poderei esperar qualquer êxito das suas débeis conjecturas, num assunto tão sublime e afastado da esfera da nossa observação. Quando duas *espécies* de objectos foram sempre vistas juntas, o costume permite-me *inferir* a existência de uma delas onde quer que *veja* a outra; e a isto chamo um argumento a partir da experiência (HUME, 2005, p. 38).

De fato podemos estabelecer que a analogia assim como a probabilidade, por serem necessariamente pautadas na experiência, implica em ter uma determinada regularidade e constância com que venham os eventos a se assemelharem e sucederem em nossa mente. O hábito e o costume são os principais responsáveis por esta passagem “sutil” em nossa consciência e que nos leva a intuir algum processo de conexão necessária em nosso pensamento. Isso nos leva a fazer analogias ou probabilidades conforme o maior grau de acontecimento e certeza dos eventos. Ora isso implica dizer que se toda vez que arremesso uma pedra para o auto, a probabilidade de ela cair, pelo efeito da gravidade é alta, posso por analogia a estender a todos os casos que ainda não foram observados. Já o mesmo não posso

¹⁰⁹ E isto é um fato tão necessário para nossas inferências que Hume admite que: “A decadência, corrupção e dissolução da natureza é um acontecimento tornado provável por tantas analogias que qualquer fenômeno que pareça apontar na direção dessa catástrofe cai sob a jurisdição do testemunho humano, se esse testemunho for muito extenso e uniforme” (HUME, 2004, p. 179).

dizer de um homem de índole mentirosa que ele fale, com determinada freqüência a verdade, mostrar-se-ia uma probabilidade ou analogia bastante fraca em nosso pensamento¹¹⁰. Portanto o que Hume objetiva mostrar é a dificuldade de derivarmos nossas inferências de algo tão escorregadio como nosso pensamento e mostrar como é infrutífero buscar saber a real natureza de nosso conhecimento. Além disso, só podemos sabê-las empiricamente e por analogia ou probabilidade, mas nunca chegaremos a atingir seu real conhecimento ou natureza original. A causa primeira não nos é permitido conhecer tampouco os mecanismos que mediam este acesso. Nosso conhecimento, portanto, só é provável ou analógico e por isso bastante limitado e fraco. Não obstante eles são necessários para estabelecer algum conhecimento e para a prática da vida cotidiana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusão devemos considerar que a probabilidade, assim como a analogia não constituem, explicitamente, na filosofia de Hume, a principal fonte de conhecimento para a ciência do homem. Porque o autor ao estabelecer sua crítica a toda uma tradição metafísica ele estende, igualmente, a aqueles pressupostos conhecidos como fundamental para sedimentar determinada confiança em nosso conhecimento, como por exemplo, a analogia e a probabilidade. Não obstante, o autor não diz que ela não constitua parte importante para o processo de associação e de nossas inferências sobre os princípios causais. Mas critica justamente o seu uso como fundamento para justificar determinados pressupostos em termos de “conhecimento”, “teológicos” e “morais” como verdades inquestionáveis.

Neste sentido podemos postular que Hume pode utilizar-se em sua filosofia de um

¹¹⁰ Em sua obra intitulada “Lógica” Wesley C. Salmon observa que podemos observar na Tradição filosófica dois tipos de argumentos analógicos, aquelas que podemos considerar fortes e aquelas que podemos considerados fracos. Para ele o que podemos considerar como argumentos fortes ou fracos esta pautada em que: “O interesse da analogia depende, sobretudo, das semelhanças entre os dois tipos de objetos que são comparados. Quaisquer objetos, pertencentes a duas categorias diversas, têm muitos pontos de semelhança e muitos pontos de divergência. A questão fundamental para o argumento analógico é esta: as semelhanças entre os objetos comparados manifestam-se em áreas *relevantes* para o argumento? Na medida em que crescem as *semelhanças relevantes*, cresce a força da analogia. Na medida em que surgem *diferenças relevantes*, a analogia se *enfraquece* (SALMON, 1978, p. 98). É claramente posto Salmon que o pensamento analógico de Hume se baseia nestes pressupostos quando utiliza-se da analogia para criticar o argumento protecionista que é “um dos mais comumente usados para atestar a existência de Deus – assume, com freqüência, a forma de uma analogia” (SALMON, 1978, p. 99).

pensamento analógico. Todavia quando faz isso é para mostrar que assim como toda a tradição erra ao atribuir, através de seu uso, verdades contingentes que não levam em consideração os processos mentais que as conectam, passam a enredar-se em uma confluência de analogias e fantasias da mente. Desconsiderando com isso, a possibilidade da causa primeira ser inacessível ao homem. Considerando, por outro lado, que apesar de sua irregularidade e inconstância como conhecimento factível de verificação só temos capacidade de chegar ao conhecimento aproximativamente nunca como uma verdade factível de verificação.

REFERÊNCIAS

Aguiar, Túlio. *Causalidade e Direção do Tempo: Hume e o debate contemporâneo*. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2008 (Humanitas).

Ayer, A. J. *Hume*. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo. Editora: Edições Loyola, 2003.
COVENTRY, Angela M. *Compreender Hume*. Tradução: Hélio Magri Filho. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 2009. (Série Compreender)

HUME, David. *Diálogos Sobre a Religião Natural*. Tradução: Álvaro Nunes. Lisboa/Portugal. Editora: Edições 70, 2005.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. – São Paulo. Editora: UNESP, 2004.

KLAUDAT, André. “As idéias abstratas, a particularidade das percepções e a natureza do Projeto Filosófico em Hume”, in *Manuscrito*, Campinas/SP, Outubro/97, Vol. XX, nº 2, pp. 95-121.

Mendonça, Maria Magdalena Cunha de. *O Problema do Eu no Ceticismo de David Hume*. São Cristovão/ Aracaju. Editora: UFS, 2003.

MONTEIRO, João Paulo. *Hume e a Epistemologia*. 1ª Ed. São Paulo. Editora: UNESP (Discurso Editorial), 2009.

MONTEIRO, João Paulo. *Novos Estudos Humeanos*. São Paulo. Editora: Discurso editorial, 2003.

SALMON, Wesley C. *Lógica*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1978.

SMITH, Plínio Junqueira. *O ceticismo de Hume*. São Paulo. Editora: Loyola, 1995. (Coleção Filosófica 32).